

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

ENTRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, COM SEDE NA RUA CÉLIO DE CASTRO, 780, BAIRRO FLORESTA, BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, CNPJ 17.430.851/0001-77, A SEGUIR DENOMINADA "ENTIDADE SINDICAL", E

- A) IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.. CNPJ 33.337.122/0001-27 RUA FRANCISCO EUGÊNIO, 329, SÃO CRISTÓVÃO, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 20941-120.
- B) PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. CNPJ 34.274.233/0001-02 RUA CORREIA VASQUES, 250, CIDADE NOVA, RIO DE JANEIRO RJ, CEP 20211-140.
- C) RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A CNPJ 33.453.598/0001-23 AV. ALMIRANTE BARROSO, 81 CENTRO, RIO DE JANEIRO, RJ, CEP 20031-004.

A SEGUIR DENOMINADA "EMPRESAS", POR SEUS PROCURADORES INFRA-ASSINADOS, CELEBRAM O PRESENTE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, NA FORMA DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 611 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, ESTIPULANDO CONDIÇÕES DE TRABALHO APLICÁVEIS À CATEGORIA ECONÔMICA E PROFISSIONAL QUE REPRESENTAM, CONFORME ACORDADO NAS CLÁUSULAS QUE SE SEGUEM:

CLÁUSULA 1ª. - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

CLÁUSULA 2ª. - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo, aplicável no âmbito das Empresas acordantes, abrangerá única e exclusivamente os seus empregados dos seus estabelecimentos localizados dentro da base territorial da Entidade Sindical acordante e que efetivamente desempenham atividades pertencentes a categoria: Trabalhadores nas Empresas Distribuidoras de Combustíveis com abrangência territorial intermunicipal.

CLÁUSULA 3ª. - SALÁRIO DE ADMISSÃO

Em janeiro de 2021, o salário de admissão corresponderá a R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) por mês, ao qual será acrescido o adicional de periculosidade, quando devido, para a jornada de trabalho prevista no caput da cláusula DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO deste Acordo, e a prevista no item XIV do art. 7°. da C.F., ficando vedada a utilização do Contrato de Trabalho Intermitente referido no §3°. do art. 443 da CLT.

Parágrafo único: Em relação ao salário-base dos Empregados já constantes das folhas de pagamento o objetivo e o efeito desta cláusula são os de fazer ascender, ao nível por ela fixado e na respectiva data, aquele salário-base constante da folha de pagamento.







M(S



DS Voyant Ving a forte



CLÁUSULA 4ª. - CORREÇÃO SALARIAL

Em 01.01.2021, as Empresas reajustarão os salários dos seus Empregados mediante a aplicação de uma das formas que se seguem, não cumulativas entre si:

- a) reajuste de 3,00% (três por cento) sobre o salário mensal para os empregados que não recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2020 recebiam salário mensal até R\$ 14.269,16 (catorze mil duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos);
- b) aumento do salário mensal no valor de R\$ 428,07 (quatrocentos e vinte e oito reais e sete centavos) para os empregados que não recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2020 recebiam salário mensal superior a R\$ 14.269,16 (catorze mil duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos);
- c) reajuste de 3,00% (três por cento) sobre o salário-base mensal para os empregados que recebem o adicional de periculosidade e que em 31/12/2020 recebiam salário-base mensal até R\$ 10.976,28 (dez mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos);
- d) aumento do salário-base mensal no valor de R\$ 329,29 (trezentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) para os empregados que recebem adicional de periculosidade e que em 31/12/2020 percebiam salário-base mensal superior a R\$ 10.976,28 (dez mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos);
- §1º Na aplicação do reajuste a que se refere esta cláusula, não serão compensados os aumentos salariais concedidos pelas Empresas após 01.01.2020 decorrentes de promoção, mérito, transferência, equiparação salarial, e término de aprendizagem.
- §2º Para os Empregados admitidos após 01.01.2020, o aumento incidirá sobre o salário de admissão até o limite do que perceber o Empregado admitido nos últimos 12 meses no mesmo cargo ou função. Na hipótese de não existir paradigma será adotado o critério da proporcionalidade ao tempo de serviço, ou seja, 1/12 (um doze avos) do valor do aumento, por mês de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, incidindo sobre o salário da data da admissão.

CLÁUSULA 5ª. - ADIANTAMENTO QUINZENAL DE SALÁRIOS

As Empresas comprometem-se a efetuar um adiantamento quinzenal de 40% (quarenta por cento) do salário mensal, acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, até o dia 15 (quinze) de cada mês, ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas.

CLÁUSULA 6ª. - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Todos os pagamentos de salários deverão ser efetuados, obrigatoriamente, através de cheque nominal ou depósito na conta corrente do empregado.

CLÁUSULA 7ª. - APRENDIZ

As condições estabelecidas no presente acordo não serão aplicáveis aos aprendizes contratados através de convênios com SESI/SESC e SESC/SENAC ou outras Instituições formadoras legalmente qualificadas.











DS Sound Ving & forte



- §1º. O disposto acima somente será válido se o aprendiz estiver desobrigado do cumprimento de qualquer tipo de serviço ou atividade nas Empresas.
- §2º. Ocorrendo a prestação de serviços e/ou cumprimento de jornada pelo aprendiz às Empresas, serão devidas a ele a totalidade das condições estabelecidas no presente acordo, exceto quanto ao piso salarial, que será devido proporcionalmente à jornada de trabalho.

CLÁUSULA 8ª. - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, os empregados substitutos farão jus ao salário contratual dos substituídos (enunciado da Súmula 159 do TST), sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA 9ª. - DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO

As Empresas poderão descontar mensalmente dos salários dos seus empregados de acordo com o art. 462 da CLT, além dos itens permitidos por lei, também os referentes a seguros, empréstimos pessoais, contribuições a associações de funcionários, planos de pensão da previdência privada, financiamentos e outros benefícios concedidos desde que previamente autorizados por escrito pelos próprios empregados.

CLÁUSULA 10^a. - ANTECIPAÇÃO DO 13^o SALÁRIO

Até o final do mês de fevereiro as empresas pagarão o adiantamento da primeira parcela do 13º salário para os empregados com mais de 1 ano de serviço e que até então não receberam adiantamento em função do gozo de férias ou qualquer outro motivo.

Parágrafo único: Na 2ª quinzena do mês de outubro as Empresas pagarão o saldo do 13º salário, pelo valor líquido projetado, na forma de uma segunda antecipação.

CLÁUSULA 11a. - ABONO ESPECIAL

Até trinta dias após a assinatura do presente Acordo, as Empresas pagarão de uma única vez e em caráter excepcional, e sem integrar a remuneração para qualquer efeito legal trabalhista, um Abono Especial no valor de R\$ 3.585,00 (três mil quinhentos e oitenta e cinco reais) aos Empregados admitidos até 31.12.2020, e com contrato de trabalho vigente nessa mesma data, e que estiverem percebendo, também na mesma data, remuneração mensal até R\$ R\$ 10.050,09 (dez mil e cinquenta reais e nove centavos). compreendida a remuneração como integrada do salário-base e do adicional de periculosidade, quando devido.

- §1º. Para os empregados admitidos em 2020, assim como os licenciados por doença ou acidente do trabalho, o Abono Especial será devido na proporção de 1/12 (um doze avos) do seu valor para cada mês de serviço, ou fração igual ou superior a 15 dias trabalhados no referido ano.
- §2°. Face ao seu caráter eventual, indenizatório e excepcional, o Abono previsto nesta cláusula também não integra a remuneração do empregado para fins da legislação da Previdência Social e do FGTS, conforme dispõem o art. 58, inciso XXX, da IN-RFB N° 971, de 13 de novembro de 2009, alterada pela IN-RFB N°1453 de 24 de fevereiro de 2014, art. 28, § 9°, item 7 da Lei 8.212/91 e art. 15, § 6° da Lei 8.036 de 11 de maio de 1990.



BPS



M(S



DS Voyant Vay & forth



CLÁUSULA 12ª. - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

As Empresas concederão, segundo as condições adiante especificadas, um adicional a ser pago por ocasião da concessão das férias ao empregado, independentemente do benefício previsto no art. 7°, XVII da Constituição Federal, na seguinte proporção:

| Tempo de Serviço na Empresa | <u>Percentual</u> |
|-----------------------------|-------------------|
| 1 ano | 25% |
| 2 anos | 45% |
| 3 anos | 50% |
| 4 anos | 60% |
| 5 a 7 anos | 80% |
| 8 a 9 anos | 85% |
| 10 anos ou mais | 100% |

- §1°. Fica assegurado o pagamento mínimo de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).
- §2°. O tempo de serviço dos empregados será apurado na data em que se completar o período aquisitivo de férias, caso em que o adicional será devido integralmente. Na hipótese de dispensa sem justa causa, assim como no caso de pedido de demissão de empregados com 1(um) ou mais anos de serviço, o pagamento do adicional será devido proporcionalmente ao período aquisitivo de férias incompleto em tantos 1/12 (um doze avos) quantos forem os meses decorridos deste período, considerando como mês completo as frações iguais ou superiores a 15 dias.
- §3º. As percentagens previstas no caput desta cláusula serão aplicadas sobre o salário-base mensal percebido pelo empregado no dia do início do gozo de férias, acrescido do adicional de periculosidade quando devido, não incidindo sobre horas extras, ajuda de custo, Salário-Família, adicional noturno, gratificação de função, comissão, benefício constante do art. 7º, XVII da Constituição Federal e outros.
- §4º. Fica facultado ao empregado optar pelo recebimento do adicional previsto nesta cláusula no mês de aquisição do direito a férias, nos meses subsequentes, ou no mês do respectivo gozo de férias, se operando, em qualquer hipótese, sua plena quitação.
- §5°. As Empresas poderão, em substituição ao disposto no §4°. desta cláusula, optar por efetuar automaticamente o pagamento do adicional a que se refere a presente cláusula no mês da aquisição do direito a férias dos empregados, garantido a estes o direito de solicitarem o pagamento em uma das datas previstas no referido §4°. desta cláusula.
- §6º. O adicional por tempo de serviço concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos, ficando entendido que ele tem a finalidade exclusiva de proporcionar aos empregados uma importância suplementar para ajudá-los no custeio das férias.

CLÁUSULA 13^a. - ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno a que se refere o inciso IX do art. 7º do Capítulo II da Constituição Federal e art. 73 da CLT, por este instrumento, fica elevado para 35 % (trinta e cinco por cento).

CLÁUSULA 14ª. - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As Empresas continuarão a efetuar o pagamento do adicional de periculosidade a todos os



BPS







Jonard Ving & Afots



empregados, inclusive os de escritório, lotados nos quadros do pessoal de terminais e depósitos em que haja estocagem de inflamáveis de forma permanente e habitual e cujas funções sejam exercidas intramuros nessas dependências.

- §1°. São consideradas inflamáveis, para os efeitos deste acordo, as substâncias a que se referem o art. 193 da CLT e a Norma Regulamentadora N°. 16 (Atividades e Operações Perigosas) aprovada pela Portaria N°. 3214, de 8 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.
- §2°. O pagamento deste adicional cessará em cada caso, sempre que deixar de existir qualquer das condições previstas no caput e.§1°. desta cláusula.
- §3º. O pagamento do adicional nas condições desta cláusula não implica no reconhecimento, pelas Empresas, da existência de periculosidade em seus terminais e depósitos além das hipóteses previstas nos atos normativos aplicáveis.

CLÁUSULA 15a. - SALÁRIO-FAMÍLIA

As Empresas pagarão a seus empregados que perceberem salário mensal até o equivalente a 4 (quatro) vezes o valor previsto na cláusula SALÁRIO DE ADMISSÃO deste acordo, a título de Salário-Família, por filhos até 18 anos de idade incompletos e por filhos inválidos de qualquer idade, e que vivam na dependência econômica dos pais, uma importância mensal de R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

- §1º. Nas licenças por doença ou acidente do trabalho, o benefício será pago enquanto durar a referida licença, observados os prazos máximos previstos na cláusula AUXÍLIO-DOENÇA /ACIDENTES.
- §2º. Para efeito de cálculo do pagamento do Salário Família, as frações de tempo iguais ou superiores a 15 dias serão computadas como mês integral.
- §3º. O Salário-Família concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.
- §4º. No pagamento deste benefício serão observadas as determinações da legislação em vigor, ficando sempre mantida a condição mais vantajosa para os empregados.

CLÁUSULA 16a. - VALE-REFEIÇÃO

Ressalvadas as condições mais favoráveis já praticadas, as Empresas concederão mensalmente a seus empregados 22 (vinte e dois) vales-refeição com valor facial unitário de R\$ 39,14 (trinta e nove reais e catorze centavos). Nos locais onde houver expediente normal e permanente aos sábados, o número de vales-refeição será de 26 (vinte e seis).

- §1º. Fica facultada ao empregado a conversão de 12 (doze) desses vales em vale-alimentação, observados os procedimentos administrativos das Empresas.
- §2º. As Empresas poderão converter o vale-refeição em cartão eletrônico.
- §3º. A obrigação da concessão do Vale-Refeição assim como a faculdade de sua conversão em vale-alimentação, não se aplica aos locais onde for oferecida refeição in natura, de modo a não se caracterizar benefício em duplicidade, bem como aos empregados que gozem de condições mais vantajosas.



BPS



M(S



Jouand Ving & State



§4°. O Vale-Refeição concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 17a. - VALE-ALIMENTAÇÃO

As Empresas concederão aos seus Empregados, que em 31.12.2020 percebiam remuneração mensal até R\$ 6.243,42 (seis mil duzentos e quarenta e três reais e quarenta e dois centavos), compreendida a remuneração como integrada do salário-base acrescido do adicional de periculosidade, quando devido, e cumulativamente com o benefício da cláusula anterior, Vale-Alimentação com a disponibilidade mensal de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) sob a forma de cartão-eletrônico, devendo tais limites serem considerados para os empregados admitidos na vigência do presente Acordo.

- §1°. O Vale-Alimentação será fornecido também durante o período em que o empregado estiver licenciado por motivo de doença, acidente do trabalho ou doença profissional, mas limitado ao período em que estiver percebendo a complementação prevista na cláusula AUXÍLIO-DOENÇA/ACIDENTES, e desde que a licença não tenha se iniciado antes de 1°. de janeiro de 2007.
- §2°. Referido Vale-Alimentação também será devido durante o período de férias e afastamento por gestação e parto e desde que a licença não tenha se iniciado antes de 1°. de janeiro de 2007.
- §3º. A participação do empregado, descontada em folha de pagamento, fica limitada até 10% (dez por cento) do valor do Vale-Alimentação.

CLÁUSULA 18^a. - VALE-TRANSPORTE

(TST AA - 366.360197- 4 TST-RO-DC - 318.060/96.5 SDC O 1/06/98)

Fica facultado às Empresas se assim o quiserem, conforme autorizado pelo art. 7°, XXVI da CF e pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a concessão do vale transporte de que trata a Lei 7418/85 mediante o pagamento antecipado, em dinheiro, do seu valor total bruto, até o 5° dia útil de cada mês, ao empregado beneficiado, cabendo aos empregados, em qualquer hipótese, comunicar por escrito alterações das condições inicialmente declaradas e arcar com o custeio do deslocamento até 6% do valor do seu salário base, cujo desconto somente poderá ser feito no pagamento da segunda quinzena do mês a que se referir o vale-transporte.

CLÁUSULA 19a. - AUXÍLIO DOENÇA/ACIDENTES

Aos empregados afastados do serviço por motivo de doença ou acidente do trabalho, as Empresas concederão uma complementação de salário inclusive do 13º salário, que se somará ao benefício recebido do INSS, conforme segue:

a) Quando se tratar de afastamento por motivo de doença, a complementação obedecerá a seguinte tabela:

| <u>PERÍODO</u> | PERCENTUAL |
|-------------------|------------|
| do 1º ao 12º mês | 100 % |
| do 13º ao 24º mês | 80 % |
| do 25° ao 36° mês | 60 % |

b) Nos casos de afastamento por motivo de Acidente do Trabalho, a complementação será











Jonand Ving & Soft



feita integralmente, observado o prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses.

- §1º. No caso de novo afastamento por motivo de doença, a tabela será aplicada levando em conta os benefícios já concedidos, a menos que se trate de enfermidade diferente, ou que haja decorrido o prazo de, no mínimo, 6 (seis) meses de trabalho entre a data do retorno e a do novo afastamento.
- §2º. Na complementação do salário e do 13º salário será considerado o adicional de periculosidade, quando devido, e serão excluídas quaisquer outras parcelas adicionais, tais como horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade, etc.
- §3°. O valor da complementação adicionado ao benefício percebido do INSS não poderá ultrapassar o salário e o 13° salário dos empregados, deduzida a contribuição para a Previdência Social.
- §4°. Na complementação do salário e do 13° salário serão consideradas todas as antecipações e aumentos salariais coletivos que venham a ser concedidos enquanto durar aquela complementação.
- §5°. Os empregados que, por contarem menos de 12 (doze) contribuições à Previdência Social não façam jus ao Auxílio-Doença legal, mesmo assim gozarão do benefício previsto caput desta cláusula.

Também serão elegíveis ao benefício desta cláusula os empregados que, com contrato de trabalho em vigor, estejam percebendo do INSS o benefício de Aposentadoria, caso em que, a complementação prevista nesta cláusula, será devida pela diferença entre o seu salário e o valor da aposentadoria percebido no mês da respectiva complementação, observadas todas as regras desta cláusula.

- §6°. Não gozarão das vantagens deste auxílio os empregados cujo afastamento por doença ou acidente de trabalho decorrer de:
 - a) uso de bebidas alcoólicas;
 - b) uso de tóxicos sem prescrição médica e sem as formalidades legais;
 - c) lutas corporais, exceto quando em legítima defesa própria ou de terceiros.

CLÁUSULA 20^a. - AUXÍLIO-FUNERAL

As Empresas pagarão, durante a vigência do contrato de trabalho, uma importância única, a título de auxílio-funeral, no caso de falecimento do Empregado, cônjuge ou companheira, filho menor de 18 anos ou filho inválido, pai, mãe e menor dependente.

- §1°. O benefício acima descrito será de R\$ 4.225,00 (quatro mil duzentos e vinte e cinco reais).
- §2º. Para efeito do pagamento do benefício, a comprovação de dependência se dará conforme abaixo:
 - a) Cônjuge: mediante apresentação da certidão de casamento.
 - b) Companheira: quando esta condição estiver reconhecida perante a Previdência Social, mediante anotação na Carteira de Trabalho ou declaração do Imposto de Renda.
 - c) Filhos menores de 18 anos ou inválidos: Certidão de nascimento.



BPS



m(S



Jonard Ving & Hote



- d) Pai, Mãe e Menores Dependentes: mediante a apresentação à Empresa da anotação na Carteira de Trabalho ou declaração do Imposto de Renda.
- §3º. A prova de falecimento será feita mediante apresentação da certidão de óbito.
- §4°. Na hipótese de falecimento do Empregado, o pagamento será feito ao dependente que apresentar comprovante de despesas.
- §5°. O auxílio-funeral concedido nestas condições não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 21^a. - AUXÍLIO CRECHE

Com o objetivo de incrementar o amparo à maternidade e à infância, as partes estabelecem as seguintes condições com relação à manutenção e guarda dos filhos de suas Empregadas.

- §1º. Em substituição ao preceito legal, as Empresas, se obrigadas a manter local apropriado para guarda e vigilância dos filhos de suas Empregadas, no período de amamentação, na forma dos parágrafos 1º e 2º do art. 389 da CLT, concederá às mesmas, auxílio creche, sob a forma de reembolso de despesas efetuadas para esse fim.
- §2º. Este benefício será concedido também nos locais onde não haja a obrigação legal acima referida.
- §3°. O auxílio mensal corresponderá a um máximo de R\$ 828,00 (oitocentos e vinte e oito reais).
- §4°. Este auxílio será pago sob a forma de reembolso mediante comprovação, até o limite estipulado no §3°. desta cláusula.
- §5°. Dado o seu caráter substitutivo do preceito legal, bem como por ser meramente liberal e não remuneratório, o valor do reembolso não integrará a remuneração para quaisquer efeitos.
- §6°. O reembolso será devido em relação a cada filho, individualmente, independentemente do tempo de serviço nas Empresas, limitado até o 36° (trigésimo sexto) mês de idade de cada filho.
- §7°. As Empresas ficarão desobrigadas do reembolso caso mantenha, em efetivo funcionamento, local para guarda dos filhos das Empregadas na forma da Lei, bem como se adotar sistemas semelhantes de pagamento ou reembolso em situações mais favoráveis.
- §8°. Farão jus ao mesmo benefício os empregados que por motivo de viuvez ou por decisão judicial tenham para si a guarda de seus filhos, até aquela idade, incluindo os enteados e adotados legalmente.
- §9°. A Empregada poderá optar em substituição ao Auxílio-Creche, pelo Auxílio-Acompanhante, que consistirá num pagamento mensal, a título de reembolso, no valor de até R\$ 501,00 (quinhentos e um reais), não cumulativo e limitado ao período de até 36 (trinta e seis) meses de idade de cada filho. No mês de dezembro ou no mês do último pagamento do exercício, será paga a importância correspondente a 1/12 (um duodécimo) da soma dos valores de Auxílio-Acompanhante pagos no mesmo exercício.
 - a) Para efeito de reembolso, a Empregada deverá comprovar a situação legal do



BPS



mcs



DS Soward Voy & State



Acompanhante, mediante registro em Carteira de Trabalho (Babá) e comprovar, com os respectivos recibos, tanto o pagamento do salário anotado na CTPS como o pagamento das contribuições previdenciárias sobre ele devidas.

CLÁUSULA 22ª. - INCENTIVO AO CO-PATROCÍNIO DO SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Em instituindo ou mantendo, as Empresas, plano de seguro de vida em grupo, acessível a todos os seus empregados e dirigentes mediante adesão individual deles, a parcela do prêmio de seguro que for pelas Empresas paga não será considerada salário para qualquer efeito enquanto ela assumir este ônus.

CLÁUSULA 23ª. - AUXÍLIO AO DEPENDENTE EXCEPCIONAL

Objetivando participar no custeio de serviços especializados com dependentes excepcionais de seus empregados, as Empresas concederão um auxílio mensal aos que tenham dependentes nesta condição.

- §1º. Entende-se como excepcional aquele como tal definido e reconhecido pelo INSS ou instituições oficiais especializadas, e como dependente aquele como tal definido e reconhecido na legislação do Imposto de Renda, incluindo dependente portador de Transtorno do Espectro Autista;
- §2°. O auxílio referido no caput desta cláusula será concedido sob a forma de crédito mensal na folha de pagamento dos Empregados no valor de R\$ 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais).
- §3º. O auxílio mensal acima estabelecido será pago por dependente de empregados na condição de excepcionalidade como definida no §1º. desta cláusula e cessará automaticamente quando não mais perdurar esta condição.
- §4º. O auxílio ao dependente excepcional concedido nestas condições não integra a remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 24ª. – ASSISTÊNCIA JURÍDICA AOS EMPREGADOS

As Empresas prestarão assistência jurídica aos seus empregados quando estes, no exercício de suas funções, praticarem atos em defesa do patrimônio das mesmas, que os levem a responder a inquérito ou ação penal.

CLÁUSULA 25ª. - SALÁRIO DO ADMITIDO

Aos empregados admitidos para as mesmas funções de outros dispensados sem justa causa, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais, na forma da Instrução Normativa nº. 1/82 do TST.

CLÁUSULA 26^a. - LIBERAÇÃO DO AVISO PRÉVIO NO PEDIDO DE DEMISSÃO

Os empregados que solicitarem rescisão do contrato de trabalho ficarão dispensados do cumprimento dos 10 (dez) últimos dias do prazo do aviso prévio.

CLÁUSULA 27ª. - AVISO PRÉVIO

Os empregados que forem dispensados sem justa causa serão liberados da prestação dos serviços durante o prazo do Aviso Prévio.



BPS



M(S



Joseph Ving to Hote



CLÁUSULA 28^a. - SUSPENSÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Ocorrendo a concessão de benefício previdenciário durante a vigência do contrato de experiência, o prazo do mesmo ficará automaticamente suspenso, se completando após a alta do INSS.

CLÁUSULA 29^a. - DEFICIENTES FÍSICOS

As Empresas, sempre que as circunstâncias técnicas, materiais e administrativas assim o permitirem, não fará restrições para admissão de deficientes físicos.

CLÁUSULA 30a. - INDENIZAÇÃO ADICIONAL EM CASO DE DISPENSA

Por ocasião da rescisão do contrato de trabalho as Empresas pagarão aos empregados dispensados sem justa causa e que tenham, no mínimo, 5 (cinco) anos de serviços na Empresa, uma indenização adicional, além do aviso prévio legal, de acordo com as seguintes condições, de forma não cumulativa entre si:

| <u>ldade</u> | <u>Indenização</u> |
|-----------------------------|--------------------------|
| de 40 a 45 anos incompletos | 1,0 Salário Mensal Total |
| de 45 a 50 anos incompletos | 2,0 Salário Mensal Total |
| de 50 a 56 anos incompletos | 2,5 Salário Mensal Total |
| a partir de 56 anos | 1,5 Salário Mensal Total |

- §1º. Para efeitos desta cláusula a expressão Salário Mensal Total significa o Salário-base Mensal acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.
- §2°. A indenização devida na forma desta cláusula tem efeito indenizatório e não integrará a remuneração para quaisquer efeitos trabalhistas e/ou fiscais.

CLÁUSULA 31ª. - INDENIZAÇÃO ÀS VÉSPERAS DA APOSENTADORIA

Em caso de dispensa, por iniciativa do empregador, de empregados que, comprovadamente, estiveram a um máximo de 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seus prazos mínimos, ainda que proporcional, exceto no caso de falta grave, fica assegurada o pagamento de uma indenização correspondente a 6 (seis) salários, acrescidos do adicional de periculosidade, quando devido, além do aviso prévio legal, com o objetivo de ajudá-los a efetuar os recolhimentos previdenciários, não sendo, portanto, devida a indenização prevista nesta cláusula ao empregado que já tenha, até a data da dispensa, adquirido direito à aposentadoria de qualquer natureza, ainda que proporcional.

§1º Após o recebimento da notificação de dispensa, os empregados terão o prazo de 90 (noventa) dias para comprovação da contagem do tempo de serviço e consequentemente se habilitarem ao pagamento referido nesta cláusula.

CLÁUSULA 32ª. - COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA PENALIDADE

Os empregados que forem advertidos, suspensos ou demitidos por falta grave, deverão ser avisados, por escrito, colocando o seu ciente na segunda via do aviso no qual constarão as razões determinantes das advertências, suspensões ou dispensas.











Jonard Vay 40 Total



CLÁUSULA 33ª. - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO

Para efeito de aplicação dos benefícios previstos neste acordo, serão computados no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, os períodos de trabalho anteriormente prestado à Empresa do mesmo Grupo Empresarial e da mesma Categoria Econômica.

CLÁUSULA 34ª. - GARANTIA DE EMPREGO OU SALÁRIO DA GESTANTE

As Empresas comprometem-se a assegurar a manutenção dessa garantia por 120 (cento e vinte) dias às suas Empregadas gestantes.

- §1º. O prazo a que se refere o caput desta cláusula será contado a partir da data do retorno efetivo ao serviço, após o término da licença prevista pelo art. 7º, XVIII, da Constituição Federal.
- §2°. A garantia cessará automaticamente em caso de falta grave, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.
- §3°. Caso a Empregada seja dispensada no período compreendido entre o término do prazo fixado pelo art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou Lei Complementar que o substitua e o término do prazo estabelecido no §1°. desta cláusula, ser-lhe-á paga pelo período que faltar para o término desta garantia, a quantia correspondente ao salário-base vigente acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

CLÁUSULA 35ª. - GARANTIA DE EMPREGO DO ACIDENTADO NO TRABALHO

As Empresas comprometem-se a assegurar a manutenção da relação de emprego por 12 (doze) meses, contados a partir da cessação do Auxílio-Doença Acidentário concedido pelo INSS, ao empregado que venha a sofrer acidente no trabalho ou adquirir doença profissional no curso da relação de emprego.

- §1º. Para os efeitos desta cláusula, entende-se como acidente do trabalho e doença profissional aqueles definidos pela Legislação Previdenciária.
- §2º. A manutenção da relação de emprego mencionada no caput desta cláusula será contada da data do término da licença concedida pela Previdência Social.
- §3°. Não gozará das vantagens dessa garantia de emprego o empregado cujo afastamento por acidente de trabalho ou doença profissional decorrer de:
 - a) uso de bebidas alcoólicas:
 - b) uso de tóxicos sem prescrição médica e sem as formalidades legais;
 - c) lutas corporais, exceto quando em legítima defesa própria ou de terceiros.
- §4°. A manutenção da relação de emprego cessará automaticamente em caso de falta grave cometida pelo empregado, entendendo-se como tal as hipóteses previstas no art. 482 da CLT.

CLÁUSULA 36ª. - DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

A duração do trabalho nas Empresas é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sábado.



BPS



M(S



Jouand Ving & Hote



- §1º. Nos locais onde for exigido o trabalho aos sábados, as Empresas se comprometem a implantar um sistema de rodízio de tal sorte a assegurar a cada empregado, no mínimo, uma folga mensal em dia de sábado, sem compensação dessas horas de folga.
- §2º. Conforme a conveniência do serviço as Empresas ficam autorizadas a implantar, total ou parcialmente, sistema de horário flexível, quanto ao início e término de cada jornada de trabalho, desde que aceito pelo empregado através de acordo individual e desde que observada a duração diária de trabalho na forma da Constituição.
- §3º. As Empresas que não tenham exercido a faculdade prevista na anterior cláusula 4.4., da convenção coletiva de 1999, de alteração de horário normal de trabalho aos sábados de alguma de suas Bases de Distribuição de Combustíveis então existentes, em exercendo aquela faculdade na vigência do presente acordo, permanecerão obrigadas, nos estritos limites e condições daquela cláusula anterior, ao pagamento da indenização única e desvinculada do salário nela prevista e cujo valor fica reajustado para R\$ 1.909,00 (um mil novecentos e nove reais).
- §4º. Não se permitirá o trabalho normal aos domingos, salvo autorização expressa em acordo coletivo com este fim específico entre o sindicato e a Empresa interessada.
- §5°. No decorrer da vigência do presente acordo, a Entidade Sindical, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento de solicitação escrita da Empresa, concorda em discutir o trabalho normal aos domingos e feriados nas atividades operacionais envolvidas com a carga e a descarga de combustíveis por meio de carro-tanque, vagão ferroviário, barcaças e/ou dutos, ficando desde já convencionadas as seguintes condições mútuas obrigatórias para a assinatura do respectivo acordo coletivo:
 - a) As Empresas deverão utilizar pessoal estritamente necessário, diretamente envolvidos, ou de apoio à execução das atividades referidas no §5°. desta cláusula.
 - b) No caso da Empresa utilizar algum de seus empregados atuais nas atividades referidas no §5°. desta cláusula resultando na supressão de horas extras prestadas habitualmente pelo empregado nas condições previstas na Súmula no. 291 do TST, a Empresa efetuará o pagamento da indenização na forma estabelecida na referida Súmula, garantido o pagamento mínimo de R\$ 3.478,00 (três mil quatrocentos e setenta e oito reais).
 - c) Se a Empresa utilizar algum de seus empregados atuais que não se enquadre na situação prevista na Súmula 291 do TST, ao mesmo será paga uma indenização de R\$ 3.478,00 (três mil quatrocentos e setenta e oito reais).
 - d) A indenização referida nos itens b e c acima, será única e desvinculada do salário, não o integrando para nenhum efeito trabalhista ou previdenciário e deverá ser paga no mês seguinte ao da efetivação da alteração contratual que vise o atendimento do trabalho normal em domingos e feriados previsto no §5°. desta cláusula.
 - e) Independentemente do regime de trabalho que venha a ser adotado, o empregado terá assegurado mensalmente pelo menos um descanso semanal coincidente com o domingo.
 - f) A Entidade Sindical, antes de assinar o acordo coletivo, deverá submeter suas condições à assembleia para aprovação dos empregados.
 - g) Enquanto a legislação assim o exigir, as Empresas deverão seguir os procedimentos necessários para que o trabalho em domingos e feriados estabelecido no §5°. desta



BPS



mcs



Jouand Vay 42 Fote



cláusula seja autorizado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

- h) outras condições necessárias e aqui não previstas serão acordadas no momento da discussão do acordo coletivo previsto no §5º. desta cláusula.
- §6º. Esta cláusula não se aplica aos empregados sujeitos a turnos ininterruptos de revezamento.

CLÁUSULA 37ª. - HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As Empresas remunerarão o trabalho suplementar com acréscimo de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da hora normal de segunda-feira a sábado, e com acréscimo de 100% (cem por cento) nos domingos e feriados.

- §1º. O pagamento das horas extras será efetuado com base no salário vigente no mês de seu efetivo recebimento pelo empregado.
- §2°. Os empregados se comprometem a prestar serviços extraordinários além do limite de 2 horas nos casos previstos pelo Art. 61 da CLT.
- §3°. As horas extraordinárias habituais serão computadas nos seguintes casos:
 - a) Na Gratificação de Natal (Lei nº. 4090, de 13.07.1962) de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas durante o exercício a que corresponder a gratificação.
 - b) No Aviso Prévio de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas nos últimos 12 meses.
 - c) Nas Férias de acordo com a média mensal das referidas horas prestadas no respectivo período aquisitivo.
 - d) No Descanso Semanal Remunerado na proporção de 20,00% do valor das horas extras prestadas no mês.
- §4°. Quando o empregado estiver usufruindo de dia de descanso, fora do local de trabalho, e for convocado à prestação de serviço extraordinário nesse mesmo dia, fará jus pelo atendimento à convocação, ao recebimento de um mínimo de 4 (quatro) horas suplementares.

CLÁUSULA 38a. - COMPENSAÇÃO DE DIAS ÚTEIS/FERIADOS

Fica facultado às Empresas o direito de compensarem os dias úteis imediatamente anteriores ou posteriores a feriados oficiais mediante a prorrogação da jornada de trabalho em dias antecedentes ou subsequentes ao dia compensado.

CLÁUSULA 39ª. - INTERVALO ENTRE JORNADAS DE TRABALHO

As Empresas assegurarão que os empregados que trabalharem horas excedentes ao seu horário normal terão o intervalo legal de 11 (onze) horas, contados a partir do término do trabalho extraordinário.

CLÁUSULA 40a. - MARCAÇÃO DE PONTO

Quando não houver necessidade de os empregados deixarem o recinto da Empresa, no horário estabelecido para descanso ou refeição, a Empresa dispensará o registro de ponto no início e no



BPS



M(S



Jonanh Ving 43 Forts



término do referido intervalo, desde que conceda o período normal de descanso ou de refeição diário.

- §1º. As Empresas ficam autorizadas a implantarem um único controle de jornada de trabalho simplificado a que se refere a Portaria 1.120 Mte de 8.11.95, alterada pela Portaria 373 Mte de 25.2.2011, objetivando que o empregado registre apenas as exceções, assim entendidas as horas extras, falta, atrasos, etc., observado o disposto no §2º. do art. 1º. da referida Portaria.
- §2°. O uso da faculdade prevista nesta cláusula implica a presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual ou convencionada vigente no estabelecimento.

CLÁUSULA 41ª. - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Os empregados poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração:

- a) até 3 (três) dias úteis consecutivos, em caso de casamento ou falecimento do cônjuge, companheiro (a), ascendente, descendente e irmãos ou pessoas dependentes assim reconhecidas pelo INSS e/ou Imposto de Renda.
- b) até 5 dias consecutivos em caso de nascimento de filho, neles abrangidos o dia a que se refere o art. 473 III da CLT.
- c) 1(um) dia no caso de internação hospitalar de cônjuge, companheira (o), ascendente, descendente ou dependentes reconhecidos pelo INSS ou Imposto de Renda.

CLÁUSULA 42ª. - ABONO DE FALTAS DO ESTUDANTE

Mediante entendimento com a Chefia imediata, fica assegurado aos empregados matriculados em cursos regulares de 1º e 2º grau e de nível Superior a liberação em horário que lhes assegurem chegar ao local da prova em dia e hora da realização da referida prova, sem prejuízo da remuneração.

CLÁUSULA 43°. - ALEITAMENTO MATERNO

Para cumprimento do que dispõem os artigos 389, Parágrafo 1º e 396 da CLT, as Empresas concordam em reduzir até 2 (duas) horas diárias a jornada de trabalho das suas empregadas que estejam amamentando seus filhos, no período de até 6 (seis) meses subsequentes ao retorno da licença-maternidade.

CLÁUSULA 44ª. - LICENÇA PARA EXAMES PRÉ-NATAL

Quando reconhecida a necessidade pelos órgãos médicos das Empresas, ou médicos por estas credenciados, ou ainda por médico da Entidade Sindical, as Empregadas gestantes serão liberadas do expediente, sem prejuízo da remuneração, para se submeterem a exames pré-natal.

CLÁUSULA 45ª. - REGISTROS INFORMATIZADOS

Fica facultado às Empresas implantarem registros informatizados para controle automático de férias, compreendendo aviso, solicitação e quitação, e demais registros de pessoal e benefícios instituídos no presente acordo. As Empresas fornecerão, periodicamente, aos seus empregados, declaração assinada, contendo todos os registros informatizados a que se refere esta cláusula, realizando as alterações em sua CTPS, quando requeridas pelo empregado.







M(S



Jouand Ving & Afoth



CLÁUSULA 46^a. - LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

As Empresas se comprometem a conceder licença sem remuneração, mantida, todavia a relação de emprego, aos empregados que, indicados pela Entidade Sindical, venham, comprovadamente, a frequentar cursos de interesse da referida Entidade, sob as condições abaixo:

- §1º. A licença não excederá o prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser concedida de uma só vez, em período contínuo.
- §2º. O número de licenças será limitado a 2 (duas) por Entidade Sindical, por ano, não podendo ser indicados mais de dois empregados por Empresa no País, por ano, nem empregados que exerçam suas funções fora da base territorial da Entidade Sindical que formular a indicação.
- §3º. Para melhor controle dessas licenças, as Empresas deverão ser notificadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo informado a respeito de:
 - a) empregado indicado;
 - b) local em que trabalha;
 - c) nome do curso e resumo de seus objetivos;
 - d) entidade ministradora do curso;
 - e) data de início e término do curso

CLÁUSULA 47ª. - MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

As Empresas adotarão medidas de prevenção, prioritariamente de ordem coletiva e supletivamente de ordem individual, em relação às condições de trabalho e segurança dos empregados.

- §1º. Nos termos da Lei (Norma Regulamentadora-5) o membro da CIPA designado deverá investigar ou acompanhar a investigação feita pelos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, imediatamente após receber a comunicação da supervisão imediata do setor onde ocorreu o acidente.
- §2º. Os membros da CIPA terão acesso aos resultados dos levantamentos das condições ambientais e de higiene e segurança do trabalho.
- §3º. Os treinamentos dos empregados contra incêndio serão ministrados periodicamente no horário normal de trabalho. Quando necessário ministrar esses treinamentos fora da jornada de trabalho, as horas dispendidas para tanto, serão remuneradas como extraordinárias, nos termos da cláusula respectiva deste acordo.

CLÁUSULA 48a. - UNIFORMES

Quando a Empresa exigir que seus empregados usem uniformes, deverá fornecê-los gratuitamente.

CLÁUSULA 49a. - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA

As Empresas divulgarão as eleições para membros componentes da CIPA com 30 dias de antecedência, enviando cópia desse aviso à Entidade Sindical nos primeiros cinco dias do período anteriormente indicado.



BPS



M(S



Jonard Ving 4 State



CLÁUSULA 50^a. - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Os atestados médicos e odontológicos serão emitidos preferencialmente pelos serviços médicos da Empresa ou por estes credenciados.

Parágrafo único: As Empresas aceitarão os atestados emitidos pelos serviços médicos da Entidade Sindical credenciados pelo INSS nas localidades onde a Empresa não possuír serviço médico próprio ou credenciado.

CLÁUSULA 51ª. - READAPTAÇÃO FUNCIONAL

As Empresas darão treinamento adequado aos seus empregados que sofrerem redução da capacidade laborativa, por motivo de acidente de trabalho, com o objetivo de readaptá-los funcionalmente, exceto nos casos em que tenha sido concedida a aposentadoria por invalidez.

CLÁUSULA 52ª. - DIREITO DE RECUSA AO TRABALHO POR RISCO GRAVE E IMINENTE

Quando o empregado, no exercício de sua função, entender por motivos razoáveis que sua vida ou integridade física se encontram em risco, pela falta de medidas adequadas de proteção no posto de trabalho, poderá suspender a realização da respectiva operação (o próprio trabalho), comunicando imediatamente tal fato ao seu Supervisor e cabendo a este informar, se julgar necessário, ao Setor de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho da Empresa. O retorno à operação se dará após a liberação do posto de trabalho.

CLÁUSULA 53ª. - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL

As Empresas liberarão 1 (um) Diretor que faça parte da Diretoria da Entidade Sindical, do cumprimento do respectivo horário de trabalho até 31.12.2021, sem prejuízo dos respectivos salários nem dos direitos trabalhistas e previdenciários, desde que, no horário da referida liberação, ele se dedique exclusivamente às atividades sindicais de interesse da categoria profissional ou ao exercício de função de representação para a qual tenha sido designado por ato do Poder Público.

Parágrafo único: Afastando-se o Diretor para gozo de férias ou benefício previdenciário, o ora convencionado se aplicará ao seu substituto legal.

CLÁUSULA 54ª. - ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO

No mês de agosto as partes se reunirão para examinar o cumprimento deste Acordo, as condições de trabalho nas Empresas, inclusive as salariais.

CLÁUSULA 55^a. - QUADRO DE AVISOS

As Empresas permitirão a divulgação em seus quadros de avisos, das comunicações expedidas pela Entidade Sindical que tenham por objetivo manter os empregados informados quanto às atividades daquele órgão.

CLÁUSULA 56^a. - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

As Empresas remeterão à Entidade Sindical, pelo meio mais adequado, a seu critério, anualmente, uma relação nominal contendo o nome, local de trabalho e valores descontados dos empregados, integrantes da categoria profissional por ela representada, na forma do art. 511 da CLT,



BPS







Jouand Ving & Forts



relativamente à Contribuição Assistencial e Contribuição Sindical. Tal relação será enviada no mês seguinte ao dos respectivos descontos. Tais informações serão tratadas com sigilo pela Entidade Sindical, dela fazendo uso apenas para uso administrativo e reservado, não podendo ser cedidas a terceiros, no todo, ou em parte, sob nenhuma justificativa.

CLÁUSULA 57ª. - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As Empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados, uma Contribuição Assistencial conforme critério aprovado pela assembleia da Entidade Sindical, a qual será recolhida até 10 (dez) dias úteis após o desconto.

- §1º. O empregado não associado que desejar se opor ao desconto dessa contribuição deverá manifestar sua oposição, por escrito, dirigida à Entidade Sindical Profissional até 10 (dez) dias antes da efetivação do desconto.
- §2º. A Entidade Sindical se compromete a não estabelecer, no período da vigência do presente acordo, qualquer nova contribuição com a mesma finalidade, assim como assume integral responsabilidade por qualquer reivindicação que vier a ser deduzida contra as Empresas pelo desconto da contribuição aqui prevista uma vez que as mesmas atuam nisto como simples agentes.

CLÁUSULA 58ª. - FORO

As controvérsias oriundas do presente acordo serão dirimidas pela Justiça do Trabalho. Antes, porém, de qualquer medida judicial, as partes obrigam-se a denunciar, uma a outra, eventuais controvérsias e aguardar o prazo de 30 dias para a sua solução extrajudicial.

CLÁUSULA 59^a. - DISPOSIÇÕES GERAIS

Na eventualidade do Poder Público (poder Executivo ou Poder Legislativo) determinar por Lei, Decreto, Portaria ou qualquer outro meio legal, benefícios ou vantagens previstas pelo presente acordo, o montante do benefício ou vantagem deste acordoo será compensado ou mantido, de

forma a não estabelecer pagamento duplo ou adicional ou maior vantagem, prevalecendo, entretanto, o que for mais vantajoso para os empregados.

- §1º. O disposto no caput desta cláusula será aplicado às hipóteses de condições ou vantagens mais benéficas que já vinham sendo mantidas ou venham a ser instituídas pelas Empresas, de modo a evitar-se pagamento duplo, prevalecendo o que for mais vantajoso para os empregados.
- §2º. Fica estabelecida a multa de 10% (dez por cento) do valor convencionado na Cláusula SALÁRIO DE ADMISSÃO para a Entidade Sindical e as Empresas e de metade do referido valor para quaisquer empregados, em caso de violação dos dispositivos do presente acordo.
- §3°. As partes reconhecem que o presente Acordo Coletivo se harmoniza com o disposto no art. 7.°, XXVI, da Constituição Federal, que preconiza o reconhecimento dos acordos coletivos de trabalho, refletindo melhor as especificidades e necessidades dos empregados, e porisso prevalece sobre convenções coletivas de trabalho, sentenças normativas e outros instrumentos afins.
- §4º. Fica estabelecida a faculdade de adesão futura de outras Empresas que não participaram da negociação deste Acordo, a qualquer tempo durante sua vigência e mediante assinatura de simples Termo Aditivo, aplicando-se à mesma, a partir dessa adesão, todas as cláusulas e



BPS



MCS



Jouand Ving & Hote



condições do presente instrumento. Do mesmo modo, fica assegurada às Empresas acordantes a faculdade de, ao término da vigência expressa do presente acordo e a seu exclusivo critério, optar pela alternativa de renová-lo ou a de adotar, em substituição, convenção coletiva ou outro instrumento coletivo legalmente aplicável à sua atividade econômica na base territorial da Entidade Sindical acordante.

§5°. Ficam excluídos da aplicação do presente instrumento os empregados que tiverem seus contratos de trabalho pactuados na forma do caput do art. 444 da CLT, e que percebam remuneração mensal igual ou superior a R\$ 14.269,16 (catorze mil duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), compreendida a remuneração como integrada do salário-base acrescido do adicional de periculosidade, quando devido.

CLÁUSULA 60°. – REGISTRO E ARQUIVO

O presente acordo foi elaborado em 4 (quatro) vias, de igual forma e teor, destinadas às partes acordantes e registro no Sistema Mediador da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT.

Parágrafo único: No caso de divergências entre o texto lançado no sistema Mediador da SRT e o presente documento, formalmente assinado entre as partes, prevalecerá, sempre, e para todos os fins, este último.

CLÁUSULA 61ª. - RECOMENDAÇÕES

BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As Empresas envidarão esforços no sentido de assinar convênios com a Previdência Social para pagamento dos benefícios previdenciários nos locais onde tal procedimento seja viável a sua implantação.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Recomenda-se às Empresas que, caso não possua assistência médica e odontológica, direta ou através de convênios, que efetue estudos no sentido de sua implantação.

RECRUTAMENTO INTERNO

Recomenda-se que as Empresas preferencialmente privilegiem os seus recursos humanos internos nos seus processos de recrutamento e seleção.

Belo Horizonte, 5 de abril de 2021.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMERCIO DE MINERIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DocuSigned by:

| Journal Ving to fat. |
9879E564B14B403...

Leonardo Luiz de Freitas – Presidente CPF 402.710.806-04













IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.

DocuSigned by: Ana Paula Quintanillia de Almeida Pinto

> Ana Paula Quintanilha de Almeida Pinto CPF 117.874.617-85

DocuSigned by: Bianca Pimentel Simões

Bianca Pimentel Simões CPF 085.187.237-95

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

DocuSigned by: Marino Signorini
—D43653D7F5E84D9...

> Marino Signorini CPF 087.986.527-02

Marcos da Cruz Santos

Marcos da Cruz Santos CPF 005.927.047-00

DocuSigned by:

RAIZEN COMBUSTÍVEIS S.A.

DocuSigned by: D5B510E92F424BF. 3EF4E998AC6E487

> Antônio Aparecido Garcia CPF 015.239.428-19

Felipe Vieira Alves CPF 086.682.847-89